

O confronto que Sarney jurou que não haveria

Quando o presidente Sarney convocou o embaixador do Brasil em Washington, Marclio Marques Moreira, para lhe transmitir instruções a respeito da suspensão dos pagamentos dos juros devidos aos bancos comerciais privados, não escondemos nosso contentamento, pois consideramos que um assunto tão delicado fora entregue a mãos competentes e sobretudo responsáveis que saberiam defender de modo civilizado os interesses de nosso país junto ao governo norte-americano cujo papel é vital para uma solução negociada satisfatória, para nós e para os credores. A mesma impressão favorável nos foi causada pelo telex enviado pelo Banco Central aos mais de 700 bancos que são nossos credores, que mantinha o tom responsável e civilizado, reafirmando o compromisso brasileiro de buscar uma solução dentro das normas clássicas de convivência entre credores e devedores.

Tudo nos levava a afastar a hipótese de gestos temerários — sempre “esperáveis” de um governo tão pródiigo em gestos temerários quanto tem sido este da “Nova” República. E, o que é muito mais importante, tudo contribuía para tranquilizar os membros da comunidade financeira internacional que reagiram positivamente, conforme noticiaram os jornais de anteontem, apesar de todos os riscos que a decisão brasileira comportava para eles.

Lamentavelmente, no entanto, o governo brasileiro, que fizera constar do item 5 do telex aos bancos internacionais uma formal garantia de que “os pagamentos interbancários a curto prazo e as linhas comerciais não sofrerão qualquer mudança”, acrescentando ainda que “confiava que estas linhas serão renovadas, dada a sua importância para a capacidade de pagamento do Brasil”, concluindo, em tom solene, que “neste ponto é fundamental a cooperação”, não levou dois dias para faltar com a palavra empenhada, proibindo, num ato intempestivo que surpreendeu todo o mundo financeiro, os bancos nacionais com agências no Exterior de restituir o valor de suas aplicações ou créditos aos credores que assim o desejarem.

Ao agir dessa forma, o Banco Central não se lembrou nem mesmo de que suas determinações só valem no território nacional.

Trata-se de uma medida inteiramente injustificada, principalmente quando se considera a manifesta disposição dos maiores bancos credores e do governo norte-americano, conforme retratam *The New York Times* e *The Wall Street Journal*, de ajudar o Brasil (o *Times* chegou até a sugerir, em editorial, que os credores americanos não reajam a um posicionamento chauvinista, porque nosso país, “em vias de atingir a maturidade política e econômica, merece a ajuda e a compreensão dos Estados Unidos”). Mas não é só. Também na Europa, apesar do choque causado pelo gesto do governo brasileiro, predominava o desejo de estender a mão ao Brasil, como o demonstra, por exemplo, a posição do jornal inglês *The Guardian* a favor da tentativa do governo brasileiro de impedir — pela suspensão dos pagamentos internacionais — a excessiva saída de recursos do País. E até mesmo os banqueiros, em sua grande maioria, apesar de contrariados e cheios de dúvidas e apreensões sobre as verdadeiras intenções do governo de Brasília, admitiram a importância de manter as linhas de crédito de curto prazo.

Apesar de tudo isso, no entanto, o governo brasileiro resolveu partir para o confronto aberto com os bancos credores, numa demonstração de irresponsabilidade que se não chegou a nos surpreender, surpreendeu — e muito — os banqueiros americanos. Sua reação foi, como não poderia deixar de ser, de indignação, diante desse ato tresloucado. Não é sem razão que um banqueiro ouvido pela *Gazeta Mercantil* considerou essa decisão “uma punhalada nas costas”.

Evidentemente, esse comportamento do governo está criando problemas também para os bancos privados brasileiros que não desejam transgredir as leis nem desrespeitar os contratos que firmaram em outros países (segundo se sabe, houve bancos que ignoraram a determinação do Banco Central e devolveram o dinheiro aos credores que manifestaram o desejo de retirar os seus recursos).

Como resposta natural a este ato de agressão — esta é a expressão cabível —, o comitê dos bancos credores, em seu primeiro contato com o diretor da Dívida Externa do Banco Central, já advertiu que os bancos prejudicados se sentem no direito de recorrer à Justiça para anular os efeitos da decisão do governo brasileiro, o que é assegurado pela legislação norte-americana.

E o que se pode esperar do governo dos Estados Unidos depois dessa desnecessária declaração de guerra aos credores privados? Não devemos esquecer, antes de responder a esta questão, que o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III, já havia considerado a suspensão do pagamento dos juros “lamentável” e que o presidente do Federal Reserve Board, Paul Volcker, havia dito que o Brasil precisa de um novo programa econômico e de muita austeridade, pois não existem motivos para que o País não cresça e assim possa pagar seus compromissos.

Apesar dessas declarações ainda positivas para nossos interesses, não podemos excluir a hipótese de que os EUA se vejam forçados a adotar uma linha de ação mais dura no tratamento do problema da dívida brasileira, principalmente se aquilo que chamamos de “espírito do Itamaraty” continuar inspirando a conduta dos homens que nosso governo designou para conduzir as discussões com nossos credores. Aliás, depois deste gesto irresponsável, fica definitivamente ultrapassado o “espírito do Itamaraty” que, se tem agido por linhas tortas, pelo menos jamais desdisse, dois dias depois, o que tinha dito por escrito, em nome da Nação brasileira.

Se já era incompreensível que em nome de interesses eleitorais tenhamos sido levados a esta situação, sem que os culpados tenham sido punidos ou, sequer, tenham perdido os seus cargos, é simplesmente inadmissível que esses mesmos homens ponham a perder também a honra e a credibilidade do Brasil e do povo brasileiro. Ninguém — nem muito menos um governo cuja legitimidade é amplamente contestada até dentro da Assembléia Nacional Constituinte — tem o direito de envolver uma nação inteira numa aventura com as consequências que esta pode ter.

Se o senhor Dilson Funaro se dispôs a travar a guerra com que sempre sonhou, é preciso que, antes de deflagrá-la, exponha ao povo brasileiro com toda a honestidade possível (???) o que acontecerá neste país na hipótese de sermos derrotados.

Por que o poder político é inimigo do desenvolvimento

No programa Crítica e Auto-crítica de domingo passado, o ministro Dilson Funaro tentava explicar pela “injustiça” do sistema de comércio internacional os motivos que levaram à deterioração da balança comercial brasileira e a consequente suspensão dos pagamentos de nossas obrigações com nossos credores internacionais. Afirmava ele que ainda que consigamos um superávit este ano de US\$ 8 bilhões, em vez dos US\$ 12 bilhões previstos, este número, proporcionalmente ao nosso Produto Interno Bruto (PIB), significa um esforço

comparativamente maior que o do Japão ou o da Alemanha que, neste momento, dominam o comércio internacional.

“Como exportadores de commodities e matérias-primas e de alguns produtos industriais básicos como os siderúrgicos”, disse ele, “nós estamos com preços tremendamente defasados em relação a três, quatro anos atrás. Se partíssemos de um índice de cem, há três, quatro anos atrás, os preços pagos por nossos produtos estariam, hoje, por volta de 68-70. Já os produtos dos países industrializados, como o Japão e a Alemanha, que são de alta qualidade e incluem produtos de eletrônica e, principalmente, produtos que contêm alta tecnologia de ponta, partindo do mesmo índice cem, estariam valendo, em relação há três, quatro anos atrás, acima de 150. Portanto, o esforço sobre o PIB que o Brasil tem feito é um esforço muito grande, maior do que o destes países”.

Mais adiante, o ministro mostrava outros dados da nossa conjuntura que ajudam a compor um dos mais graves aspectos da crise em que vamos mergulhando. “De 80 para cá”, afirmava ele, “o Brasil parou. Nos anos 80, nós estávamos próximos, estava diminuindo a diferença tecnológica entre o Brasil e os países desenvolvidos. Os investimentos havidos durante o processo de recessão, no entanto, foram muito pequenos e a modernização do nosso país foi muito pequena. (...) esse período distanciou outra vez o Brasil de um caminho que é indispensável. (...) não temos o direito de parar, de ficar fora de uma tecnologia importante, porque temos de reconstruir esta nação. Temos de nos readaptar outra vez; de nos modernizar rapidamente para não perdermos este processo”.

E, finalmente, respondendo a perguntas dos entrevistadores sobre o que estaria fazendo o governo do qual faz parte para superar esta situação, o ministro Funaro disse “que a peça-chave no processo de modernização de uma nação é o investimento estrangeiro”, mas constatou que “em 85/86 ele foi muito pequeno”, corrigindo-se, em seguida: “Em 86 ele foi de praticamente zero”.

Não há dúvidas de que está correto quase tudo que disse o ministro. Mas o que é de se estranhar é que seja ele a dizê-lo, do modo como o disse. Afinal, fora dos países totalitários, o Brasil é, em todo o mundo, talvez o país onde existe menos liberdade econômica. Na verdade, vivemos sobre uma férrea ditadura econômica que vem sendo apertada desde o primeiro regime militar, e que a “Nova” República só fez recrudescer como nunca, precisamente sob a batuta do sr. Dilson Funaro. Tornasse, portanto, duplamente preocupante verificarmos que, embora possa enxergar os problemas que vivemos como todos os demais agentes do sistema produtivo brasileiro, o ministro que exerce sobre nós a ditadura econômica de que falamos se refira aos efeitos dessa ditadura como se não fossem consequências dos seus próprios atos e das suas próprias políticas.

De fato, o esforço que o Brasil tem feito para manter nos níveis desejáveis o seu superávit comercial tem que ser muito maior que o esforço que fazem para obter o mesmo resultado os países desenvolvidos, exatamente pelos motivos que ele apontou com tanta acuidade. Há muito tempo que vimos alertando o governo desta “Nova” República para o fato de que a economia internacional está passando por uma profunda revolução que é irreversível e que deixará definitivamente para trás os países que, como o Brasil, presos a preconceitos ideológicos ultrapassados, não marcam encontro com esta nova realidade, começando por internacionalizar a sua economia.

São tão óbvias as previsões que fez o ministro sobre o destino dos países que não se modernizarem o mais rapidamente possível que mesmo a China comunista e a própria mãe pátria do socialismo — a URSS —, sob Gorbachov, estão passando por cima dos dogmas ideológicos para entrar nesta corrida. E como têm relatado os jornais de todo o mundo, têm enfrentado fortíssimos obstáculos nessa tarefa por parte dos “reacionários” locais: os burocratas que compõem o establishment dos países socialistas, que vêm nas reformas — todas elas envolvendo a liberação econômica, condição para o desenvolvimento e para a modernização — ameaças concretas ao seu poder incontestável, baseado na férrea ditadura econômica.

No Brasil, que emergiu do regime militar para cair numa ditadura econômica ainda mais dura sob a “Nova” República, acontece precisamente a mesma coisa. Mas com a desvantagem de que ainda não pudemos notar no ministro Funaro ou no presidente Sarney o mesmo empenho por reformas liberalizantes na economia que se pode notar no líder das reformas chinesas, Deng Xiaoping, ou em Gorbachov, na URSS.

Ao contrário, o que suas atitudes nos autorizam a concluir é que o ministro e o presidente são aliados dos grupos reacionários que aqui se auto-intitulam progressistas, dos quais fazem parte não só os burocratas, mas principalmente os políticos profissionais que auferem o seu poder da prerrogativa de distribuir cargos a esses burocratas. A questão da incompatibilidade entre o aumento do poder político do grupo que controla o governo, e, portanto, o Estado — meta que, ao que tudo indica, seduz irresistivelmente o ministro Funaro —, e a aceleração do progresso econômico reduz-se a uma equação muito simples: quanto maior for o número de “súditos” de um governo economicamente dependente da sua assistência — os pobres pelos quais se opta — maior será o poder político do grupo que controlar esse governo; inversamente, quanto maior for o número de súditos economicamente independentes da assistência estatal, menor será o poder político do grupo que controlar esse governo.

Neste governo da “Nova” República que é capaz de enxergar tão bem quanto todos os brasileiros que não estão cegos quais as causas do nosso atraso econômico, como demonstrou o ministro Funaro em sua entrevista, acontece exatamente o mesmo fenômeno que ocorre na China ou na URSS. Se a condição primordial para que anulemos o atraso que já acumulamos é atrair os investimentos estrangeiros e tentar incorporar as tecnologias produzidas pelos países desenvolvidos, certamente o pior caminho para conseguí-lo é brandir ameaças contra os capitais internacionais ou erguer obstáculos à remessa dos lucros obtidos por esses capitais em nosso território para as matrizes que aceitaram o risco de investir aqui, como fazem os nossos políticos profissionais com o beneplácito e o apoio do ministro Funaro e do presidente Sarney. A politização de temas como o da dívida externa, tão cara ao ministro Funaro — que se prepara agora para a guerra com nossos credores com que sempre sonhou —, certamente também não ajuda nada a trazer de volta os capitais que, como ele constatou, estão fugindo do Brasil — em ritmo assustador, diga-se de passagem.

Certamente também não é inteligente para quem quer recuperar o atraso tecnológico que impede o nosso desenvolvimento e nos tira as condições de competir no mercado internacional em igualdade de condições com nossos concorrentes criar todo tipo de obstáculos, seja à importação dessas tecnologias, seja do livre intercâmbio de técnicos e técnicas, seja para trazer para cá, oferecendo em troca vantagens econômicas — como fazem, por exemplo, os países capitalistas da Ásia que, partindo para esta corrida com enorme atraso inicial em relação ao Brasil, já nos ultrapassaram —, os próprios produtores internacionais dessas tecnologias de ponta. Não é inteligente fazer o que faz a nossa Secretaria Especial de Informática (SEI) e a sua lei de “reserva de mercado”.

Na verdade, não acreditamos que homens como o sr. Ulysses Guimarães, Severo Gomes, Renato Archer e tantos outros estejam realmente convencidos de que seja esta a melhor maneira de recuperar o atraso a que se referiu o ministro Funaro. O que acontece é que eles sabem que, quanto mais disseminada for a prosperidade de material no País, mais diluído será o poder político que tanto os seduz e inebria.